

EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

É NECESSÁRIA UMA ALTERNATIVA
REVOLUCIONÁRIA

O GOVERNO QUE VENDEU O PAÍS CAIU



**É PRECISO DERROTAR O
ORÇAMENTO QUE FICOU**



**PALESTINA: PARAR O GENOCÍDIO!
ROMPER RELAÇÕES COM ISRAEL JÁ!**



EDITORIAL

Enquanto se debate a crise política, o OE2024 aprofunda a crise social sem fim à vista

Nos últimos dias, o país foi tomado pelos debates dos casos de corrupção em torno do Governo de António Costa e pela marcação de novas eleições. Que a entrega do país e da sua mão-de-obra barata tem sido a tónica deste Governo, bem como dos anteriores, sejam eles do PS, Geringonças ou do PSD/CDS, já todos sabíamos. Que PS e PSD, e os setores da burguesia que ambos representam, andam a disputar os milhões do PRR também. Nesse sentido, a crise política surpreende pelo momento político e deixa dúvidas sobre quem a promoveu neste timing, mas o Governo de Costa não nos deixa saudades. Já Marcelo, no autoritarismo que a Constituição lhe permite, impôs ao país o orçamento de um Governo esgotado, que mantém e aprofunda a crise social. Um OE que não garante o controlo público dos preços da habitação, nem regula o mercado de arrendamento em prol do interesse público! Um orçamento que não garante um aumento geral de salários que reponha o poder de compra perante a inflação, ou que acabe com a precariedade laboral. Um OE que não resolve os gravíssimos problemas da saúde, que se destrói de dia para dia por falta de financiamento, para pagar a dívida. Um orçamento que não devolve aos professores os anos de carreira congelados, nem fixa os novos pro-

fessores, nem acaba com os bloqueios à evolução na carreira. Um orçamento que não tem um projeto verdadeiramente sustentável para o país e aposta tudo na falsidade de uma transição energética que só serve para dar dinheiro a uns quantos capitalistas, com enormes custos humanos e ambientais, como se mostra no caso do lítio. Por isso, toda a troca de galhardetes entre PS e PSD e as possibilidades de Geringonças à Esquerda ou à Direita servem também para esconder a crise social que grassa no país. Mais do que discutir os próximos líderes parlamentares, o país precisa de discutir as alternativas para a vida dos trabalhadores e da juventude, que nenhum dos governos em cima da mesa vai resolver. É preciso dizer que, seja PS seja PSD, não é com repressão que se responde à juventude que procura lutar por um país e um futuro sustentável, mas com outro projeto de país. É preciso dizer que não é uma Geringonça de Esquerda que vai travar o crescimento do Chega, mas sim a construção de um projeto de país alternativo que mobilize os trabalhadores contra a opressão e a exploração. Por isso, é preciso voltar à luta para travar o OE2023 e unir esforços para construir uma alternativa de verdadeira independência da classe trabalhadora.

FICHA TÉCNICA

Registo: 127652
Diretora: Flor Neves
Proprietária/Editora: Cristina Portella
Sede da redação e edição: Rua Carlos Mardel, 05, Cave
Gráfica: AGL Artes Gráficas Lisboa – Beco do Alegrete Lisboa

Tiragem: 100
Colaboradores: António Tonga, Cristina Portella, Érica Lemos, Maria Silva, Marina Peres, Joana Salay, João Reis, João Viegas

Nota: Estamos numa nova fase do nosso jornal. Após 32 edições, passamos a editar o nosso jornal com o número de registo. Por isso este é o Jornal Em Luta nº13 – Nova Fase.

O massacre de mulheres e crianças em Gaza



Neste Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro de 2023, temos de erguer nossas vozes para denunciar o genocídio praticado por Israel em Gaza e exigir o imediato cessar-fogo.

DA REDAÇÃO

Dos mais de 11 mil palestinianos mortos em Gaza devido aos bombardeios de Israel desde 7 de outubro, a maioria são crianças (4.506) e mulheres (3.027), segundo números divulgados pelo Ministério da Saúde de Gaza. Fotografias e vídeos revelam-nos um pouco da dimensão dessa tragédia: mulheres tentando proteger-se e aos seus filhos das bombas lançadas sobre ruas, casas, hospitais ou campos de refugiados. Homens e mulheres cavando com as mãos para tentar retirar crianças de escombros. Não é só tentar fugir das bombas. Há fome, há falta de água e medicamentos, há falta de absorventes e tampões higiénicos, há a precariedade dos hospitais, quase todos destruídos, onde se torna quase impossível prestar uma assistência médica eficaz. Sem

privacidade, sem água, sem medicamentos e tampões, as mulheres de Gaza usam pílulas para retardar a menstruação, recurso que pode causar efeitos secundários negativos. Gaza tem 50 mil mulheres grávidas que não têm tratamento, acesso a médicos e centros de saúde adequados porque o sistema de saúde de Gaza está em colapso devido ao cerco imposto por Israel. “Todas essas imagens de bebés e crianças sob os escombros das suas casas ou no hospital com ferimentos deixam-me com muito medo pelo meu bebé”, disse uma jovem palestiniana à Aljazeera. “Todos os dias rezo para que a guerra acabe para salvar o meu filho destes mísseis que não têm piedade de ninguém”. Lutar contra a violência sobre a mulher hoje é, por isso, inseparável da luta contra o genocídio em curso em Gaza!

RAÇA & CLASSE

Despejos e demolições no bairro da Jamaica Basta de racismo!

A Câmara Municipal do Seixal (CMS) tem anunciado que pretende finalmente concluir o realojamento do bairro da Jamaica, que se iniciou em 2018 e já sofreu alguns adiamentos, até ao fim de 2023. E tem insistido que este realojamento tem sido exemplar. Um olhar mais próximo, no entanto, revela outra realidade: a Câmara, cujo Executivo é dirigido pelo PCP, tem excluído do realojamento moradores do bairro, sob pretextos pouco claros, deixando-os subitamente em risco de ficarem sem-abrigo.

DA REDAÇÃO

Não basta o facto de a Câmara não notificar por escrito os moradores das datas das demolições - prática antiga das autarquias para dificultar que haja resistência. Nos dias das demolições, a Polícia fecha todos os acessos ao bairro: só entra e sai quem for autorizado pela Câmara. Assim, enquanto amigos, familiares, advogados, jornalistas e ativistas são proibidos de entrar no bairro, os funcionários da Câmara, com retroescavadoras à porta, tentam convencer os moradores que resistem aos despejos a desocuparem as casas - mesmo que não tenham para onde ir.



“Dividir para reinar” e represálias contra quem resiste

No último dia 17 de outubro, data em que a Câmara pretendia efetuar as demolições dos lotes 7 e 8, após uma decisão provisória do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada que determinou a suspensão da demolição das habitações de quatro famílias que vivem no lote 8 enquanto não tenham alternativa, a Câmara, em resposta à resistência dessas famílias, anunciou que iria suspender o realojamento de todas as famílias que vivem nesse lote - que são mais de vinte.

A resposta da Câmara - uma

violenta e desumana represália que tenta jogar os moradores uns contra os outros - criou uma verdadeira catástrofe social no bairro. A Câmara diz aos moradores excluídos do realojamento que estes têm que aceitar ir para a rua e que, se não o fizerem, por causa deles os demais serão prejudicados. E diz aos demais moradores que a culpa de não terem sido até este momento realojados é dos que resistem. Cruelmente, a Câmara tenta que sejam os próprios moradores a pressionar os seus vizinhos a acei-

tarem ir para a rua. São quase trinta famílias que desde o dia 17 de outubro vivem imensa aflição, sem saber do seu futuro. A Câmara diz aos moradores que, se não pode demolir o prédio inteiro, não fará o realojamento de ninguém. Na sua prática, a Câmara Municipal do Seixal, dirigida pelo PCP, em nada se diferencia da política de Inês de Medeiros (PS), à frente da Câmara de Almada, com relação ao bairro do 2.º Torrão: o objetivo não é garantir moradia digna para todos, o objetivo é “o

fim” do bairro. Esta política é ainda mais grave num momento em que as rendas nas periferias de Lisboa ultrapassam o valor do salário mínimo. Não basta que o Governo se recuse a pôr um travão às rendas e ao mercado imobiliário, e não garanta habitação pública. As autarquias, ao invés de reabilitarem os parques habitacionais públicos e apoiarem o direito à habitação nos municípios, ainda promovem demolições e despejos de famílias que não têm alternativa.

Não existem direitos e garantias no bairro?

A pergunta que nos resta é porque o PCP, à frente do Executivo e que tem também o pelouro da habitação, acredita que no bairro da Jamaica não se deve o respeito aos mais básicos direitos e garantias. E não existe outra explicação para a naturalização desta violência e para o absoluto desprezo pelos direitos destes

moradores senão o racismo com que a Câmara - e todo o Estado português - os encara. A verdade é que os direitos, no capitalismo, não são os mesmos para todos. Nos bairros negros, pobres e de imigrantes, não há Constituição ou lei que os garanta. Por isso mesmo, é urgente

cercar de solidariedade os moradores do bairro da Jamaica que neste momento lutam pelo seu direito à habitação. E lembrar que, assim como os realojamentos até hoje realizados foram fruto da luta coletiva, é a resistência e a organização dos moradores que hoje pode fazer valer os direitos de todos.

É urgente que a Câmara Municipal do Seixal reveja a sua política e garanta o realojamento de todos os moradores, já. Basta de demolições e despejos sem alternativa! Basta de racismo e cerco policial aos bairros! Basta de represálias aos que lutam!

OE 2024: um serviço ao capital, ao BCE e a Bruxelas

A nosso ver, o OE para 2024 - embrulhado agora na crise política aberta nas “alturas” provocada pela demissão de António Costa - é um reflexo – mais um... - da decadência social e económica do país e da subserviência da burguesia e elites governantes perante os ditames do capital internacional e suas organizações como o BCE e a UE.

EDU DÁRIO

O Presidente Marcelo, do alto do escadote de bonaparte que herdou dos poderes

constitucionais impostos a partir do golpe militar de 25 de novembro de 1975, anunciou em “horário nobre” que o Governo da maioria absoluta do PS, acompanhado do

seu próprio OE, irá continuar a governar; a principal razão é a suposta necessidade de aprovação, com o OE, das medidas inerentes à execução das “ajudas” inseridas no

PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), uma das fontes de corrupção, compadrio e subserviência dos últimos tempos.

Um OE ao serviço da classe dominante

O Orçamento de Estado é pois uma peça decisiva para a manutenção do país no torniquete de Bruxelas e da UE, para a asfixia dos serviços públicos, direitos sociais e salários para toda a classe trabalhadora portuguesa por via da continuação da imposição direta da desvalorização salarial para os 800 mil trabalhadores da Administração Pública. É esta asfixia que faz Portugal atrair os fundos e capitais estrangeiros – e também nacionais – fixando o país como plataforma para a multiplicação dos seus

lucros, que depois regressam aos grandes circuitos imperialistas. O investimento alemão da VW-Autoeuropa, tão citado por Costa e toda a burguesia, ilustra exemplarmente o seu paradigma e projeto para o país: os governos garantem em Portugal a mão-de-obra com salários e condições de trabalho de baixo nível europeu e até “apoios financeiros e disponibilização de infraestruturas”; as multinacionais recuperam o valor multiplicado dos seus investimentos

com a venda da mercadoria produzida pelos operários portugueses nos mercados internacionais. É aquele paradigma e projeto, “regado” ou não pelos fundos europeus, que não têm tirado o país, os trabalhadores e os serviços públicos da crise e da “cauda da Europa”. De acordo com o estudo baseado no Eurostat do economista da CGTP, Eugénio Rosa, enquanto a produtividade média da economia portuguesa entre 2012 e 2022 variou entre 77 e 75% da mé-

dia da UE, o salário médio português manteve-se entre 59 e 57% do salário médio da UE; ou seja, o salário do trabalhador português não acompanha o ritmo da criação de riqueza, o que tem feito aumentar a sua exploração. Entretanto, as próprias previsões do OE2024 para 2023 e 2024 são de 2,3 e de 1,5% respetivamente, não fugindo à amarração à crise capitalista e decadência também vigentes na UE.

A par da mentira de António Costa de que é o investimento estrangeiro e nacional que irão melhorar as condições de vida do povo português, pelo que o seu “grande orgulho tem sido o de agilizar esse investimento” (SIC, declaração de 11 nov.), o governo PS procura ainda apresentar o OE para 2024 como o “OE das contas certas”. Com esta propaganda, apontada ao senso comum, pretende convencer-nos que, “perante a fragilidade e a falta de recursos do país (...) as despesas do orçamento não podem ultrapassar os recursos e impostos recolhidos” ou que “os serviços públicos e salários dificilmente podem melhorar, pois isso implicaria mais impostos, mais défice e... mais crise!”

As contas certas do OE de Costa e Medina



As cativações do Orçamento do Estado

Contudo, como refere o economista Ricardo Paes Mamede, no Público de 23 de outubro, desde 2015 – com governos PS-Geringonça e PS – que o que é escrito nos OEs não bate certo com o que é executado: nos últimos dois anos, fruto do aumento drástico do roubo nos impostos (IVA...), por via da

subida dos preços nos bens essenciais e menos despesas sociais, o saldo real tem sido sempre superior ao previsto (este ano em cerca de 2 mil milhões) que é então canalizado no essencial para o pagamento da dívida pública... Recordemos que quem alcançou este “êxito” pela primeira vez foi Mário Cen-

teno, em 2019. Finalmente, o investimento público real, devido ao controlo férreo governamental na sua execução no dia a dia, tem ficado cerca de 25% abaixo do votado no “espetáculo orçamental” no Parlamento (mesmo contando com as “ajudas” do PRR). Eugénio Rosa referia ainda no seu estudo de 9 de setem-

bro último: “Nos últimos 12 anos, a média do investimento público na U.E. foi de 3,1% do PIB, enquanto em Portugal apenas 2,2% do PIB (-27,4%). (...) Em 2023, dos 753,4 milhões € de investimento previsto no SNS até julho só tinham sido executados 123,4 milhões €, ou seja, apenas 14,3%.”

O roubo dos juros da dívida que enchem os bolsos dos banqueiros

Outro “aspirador” da riqueza produzida pela classe trabalhadora portuguesa e que desvia o investimento dos serviços públicos de qualidade é o chamado “serviço dos juros da dívida pública”, previsto para 2024 no valor de 6270 milhões de euros (2,3% do PIB), dívida cujo total alcançava, no final de 2022, 270 mil milhões de euros (87% da qual é detida pelo conjunto

de estrangeiros, seguradoras e fundos financeiros, bancos, BCE, etc...). Mas outra mentira de Costa-Medina é que este orçamento vai orientar o país para o desenvolvimento. Cada vez menos a riqueza produzida pela classe trabalhadora portuguesa é reinvestida no desenvolvimento do país, mas sim na acumulação improdutiva daquela riqueza no capi-

tal das grandes empresas e dos bancos que escapam às “contas certas” do OE, o que constitui uma desavergonhada e reconhecida “fuga” aos impostos. À sombra das elevadas taxas para o crédito decididas pelo BCE, nomeadamente para habitação, os bancos têm obtido elevados e vergonhosos lucros: nos primeiros 3 meses deste ano, e segundo a RTP, só a CGD, o BCP, o

Santander, obtiveram, respetivamente, 285, 215 e 186 milhões de euros de lucros; outras empresas obtiveram lucros igualmente vergonhosos, das quais referimos apenas algumas: a A GALP, entre janeiro e outubro deste ano, somou 718 milhões depois de em 2022 ter alcançado 880 milhões; O Grupo Luz Saúde encerrou o ano de 2022 com quase 600 milhões...

No dia 29 de novembro Todos juntos contra o OE de Costa-Medina!

A dupla Costa-Medina tem preparada no OE a política de ceder alguns tostões. O seu objetivo é tentar desmobilizar o movimento reivindicativo e a sua crítica e esconder a sua cumplicidade para com os milhões que na “economia privada” correm impunemente para as contas bancárias do patronato e finança. É assim que, por exemplo, está prevista a redução da taxa do IRS nos cinco primeiros escalões (assim como dos próprios escalões, inclusive dos mais elevados) e a isenção de IRS para salários até 820€; o aumento médio de 6,2% das pensões até 1020€ (que em rigor é resultado da lei já existente), mas que em quase nada altera o valor miserável da maioria das pensões; o aumento de várias pensões sociais; aumentos salariais na FP de 3 a 7%; a cedência de mais verbas para a construção pública de habitação

(a par da recusa em apoiar as rendas ou travar o roubo dos bancos por via dos juros exorbitantes!...); etc... Há vários anos que tem sido regra o congelamento dos salários e carreiras esmagadas por altas taxas de inflação e a

degradação dos serviços públicos como no SNS, escolas e educação em geral... Estas medidas não alteram a pobreza e a crise social em que vive o povo português, que é diariamente roubado e vê depois serem-lhe devolvidas

esmolos, ficando os milhões para a clique dominante. Trabalhadores da AP e do privado, juntos temos de estar em luta contra o OE de Costa-Medina, mais um OE da miséria, da degradação salarial e dos serviços públicos!



Que solução para a crise política?

Vamos para a terceira eleição legislativa em 5 anos. Algumas perspetivas eleitorais, como o crescimento eleitoral da extrema-direita, preocupam alguns ativistas e muitos se perguntam que solução para esta crise política. É necessário voltar um pouco no tempo e retomar alguns momentos políticos importantes que nos trouxeram até aqui.



Da luta contra a Troika ao Governo da Geringonça

JOANA SALAY

A 12 de março de 2011, ocorre a grande manifestação da Geração à Rasca, com cerca de 200 mil pessoas em Lisboa e mais 100 mil pelo resto do país. A crise política aberta levou à demissão de José Sócrates (PS), que foi substituído pelo Governo de Passos Coelho (PSD) e de Paulo Portas (CDS).

A Geringonça não virou a página da austeridade

A Geringonça foi um bom aluno da UE e do FMI: pagamento da dívida adiantada, obsessão e rigoroso cumprimento do défice, relação estreita com instituições europeias e FMI e manteve todas as medidas centrais da Troika [BCE, FMI e CE]. Foi ainda

À Geração à Rasca seguiram-se várias outras manifestações e greves contra a política de jogar nas costas dos trabalhadores e da juventude a conta da crise económica. As mobilizações abriram uma crise política do governo de Passos Coelho, que teve de recuar na diminuição da TSU para as empresas. A disputa pelos rumos do país passava pelas mobilizações urbanas e

populares, com a juventude trabalhadora precária como vanguarda em luta contra a alternância dos governos do PS e PSD, que submissos à UE, visavam colocar sobre as costas da classe trabalhadora e da juventude os custos da crise económica. Apesar da radicalização e das fortes lutas que havia, BE e PCP conduziram a indignação para o voto, impedindo que

o governo de Passos Coelho caísse nas ruas. E, após as eleições de 2015, afirmaram que a devolução do que nos foi roubado passava pelo apoio ao governo do PS, dando vida à famosa Geringonça. As grandes mobilizações, que nunca mais voltaram com tal força, foram substituídas pelas presções ao PS por migalhas nos Orçamentos do Estado.

a vida da maior parte da população portuguesa. Assim, o apoio ao governo do PS, longe de reverter os rumos que o país vinha tomando, aprofundou a submissão de Portugal e a venda do país. BE e PCP optaram por sus-

tentar o PS, ao invés de reforçar as lutas e afirmar uma solução política alternativa aos partidos da burguesia. Acabaram por reforçar o PS que, após derrotas eleitorais, conquistou uma maioria absoluta.

O problema do crescimento da extrema-direita

Antes de mais, somamo-nos àqueles que não vêm com bons olhos o crescimento eleitoral do Chega. Se olharmos para Itália, Brasil e Argentina, é normal que preocupe aos ativistas de esquerda a possibilidade de uma Geringonça de direita em Portugal. O Chega organiza ao seu redor uma base de organizações protofascistas e fortalece o sentimento de xenofobia e racismo que vem crescendo no país. André Ventura sabe que

o descontentamento e radicalização crescente nas camadas médias portuguesas e de parte dos trabalhadores é um terreno fértil para o seu discurso populista e busca canalizar este sentimento para a construção do seu partido. André Ventura, partindo de um discurso aparentemente antissistema capitaliza um setor descontente com os anos de PS/PSD, cansados da corrupção sistémica e, principalmente, fartos da degradação

das condições de vida no país. Combater partidos como o de André Ventura passa, sim, pela condenação veemente do seu programa e de qualquer demonstração de discurso de ódio que possam proferir. No entanto, não podemos acreditar que exigindo um “cordão sanitário” à volta do Chega em conjunto com a burguesia é que vamos conseguir combatê-lo. O principal desafio colocado é disputar a base que torna o crescimento do Chega

possível e, por isso, voltamos ao balanço do Governo da Geringonça. Quando as principais direções do movimento que polarizaram o país entre 2011 e 2013 colocaram como saída o apoio a um Governo que aprofundou a crise social do país, acabou por comprometer um capital político crucial, o da independência de classe. Deixando espaço ao diálogo com o descontentamento e o discurso de combate à corrupção à André Ventura.

Denunciar a corrupção sistémica do capitalismo

É expressão de um grande limite da democracia burguesa que um governo de maioria absoluta seja derrubado por uma investigação inicial da Procuradoria-Geral da República. Os elementos políticos para que António Costa caísse estavam dados desde que não conseguiu resolver a crise na educação, na habitação e na saúde. Agora, após diversos casos e casinhos e 18 demissões no seu Governo, é apanhado numa teia de influências que passava por cima da proteção ambiental e social

para garantir os lucros de setores da burguesia. O grande pano de fundo da atual crise política prende-se com a disputa de alguns setores da burguesia portuguesa pelos milhões do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). O PS, com António Costa à frente, tem utilizado a chamada transição energética como mote para o investimento em setores que permitirão aos seus aliados lucrarem ainda mais. Os setores da burguesia ligados ao PSD, no entanto, têm disputado a sua

parte no bolo e não querem ficar de fora da partilha dos milhões. A União Europeia é impulsionadora da situação, disponibilizam milhões para comprar os burgueses subversivos dos países mais subordinados, como Portugal. Como afirmámos na nossa declaração 9 de novembro “não podemos confiar na Procuradoria Geral da República e na justiça dos ricos como uma alternativa para julgar e punir os corruptos que vendem o país. A justiça burguesa segue os interesses dos

setores da burguesia e não está interessada em resolver o problema da corrupção(..). A corrupção é inerente ao sistema capitalista, no qual uma pequena minoria controla o Estado para favorecer os seus interesses em detrimento dos interesses da imensa maioria da sociedade.” Ao mesmo tempo, não podemos deixar nas mãos de André Ventura a denúncia da corrupção capitalista. É preciso denunciar os corruptos e corruptores e exigir a punição de todos.

A solução passa pela construção de uma saída de independência de classe, revolucionária e socialista

Vamos agora para novas eleições, onde as perspetivas são de instabilidade. É pouco provável que exista nova maioria absoluta e está colocada a possibilidade de novas geringonças.

Essa instabilidade é reflexo da profunda crise que o nosso país vive, resultado da venda dos nossos direitos, dos nossos serviços públicos, dos nossos recursos naturais, dos bairros das cidades, das casas, do futuro dos jovens e próximas gerações por um projeto de país subserviente e entregue ao turismo. A relação dos homens de confiança de Costa com empresas multinacionais estrangeiras é de completa submissão. Movem-se a qual-

quer preço, mesmo que signifique destruição ambiental e social, para garantir os projetos milionários de alguns em troca de migalhas, como bem demonstra a extração de lítio, contestada pelas populações locais e ativistas ambientais, e grandemente ignorada pelo Governo. O processo de destruição do país levou a uma profunda crise das instituições políticas, desde o Parlamento aos seus principais partidos. Passados 50 anos do 25 de Abril, está colocada uma forte crise de regime. É urgente construir uma alternativa que se coloque contra o PS, submisso às multinacionais, aos patrões e à UE e

duro contra os trabalhadores e o povo pobre; uma alternativa que afirme também que a direita não é alternativa, que aprofunda a destruição do país. É preciso afirmar que o Chega é o capataz da política liberal e autoritária ao serviço dos patrões, que culpa os mais pobres e oprimidos, enquanto protege os capitalistas. Só a classe trabalhadora organizada e mobilizada, dotada de um programa alternativo para o país pode parar o crescimento da extrema-direita. A conciliação de classes e novas geringonças só reforçam projetos como o de André Ventura. A classe trabalhadora em luta, junto do povo pobre e da ju-

ventude, pode mostrar a força de uma alternativa de independência de classe. Por isso defendemos toda a unidade para lutar. É preciso reforçar e retomar as lutas dos profissionais de educação, em defesa da educação e do SNS, organizar a luta pelo aumento geral de salários e pensões e unificar as lutas dos ativistas climáticos com a classe trabalhadora. É preciso lutar também contra os desmandos da UE. E para tudo isso é fundamental construir uma alternativa revolucionária. Não há alternativa à perda de direitos, à destruição dos serviços públicos e à crise ambiental dentro do capitalismo.

Palestina: O 7 de outubro foi um ato de resistência

Amro Fatayer é palestino e está em Portugal há pouco tempo. Os seus pais e irmãos vivem na Cisjordânia, mas tem familiares em Gaza. Há poucos dias recebeu a notícia de que alguns deles foram mortos pelos bombardeamentos de Israel. “Decidi que não vou ver os seus nomes porque... não tenho força.” É sobre a força da luta do seu povo o tema da nossa conversa.

DA REDAÇÃO

Como viram o que aconteceu a 7 de outubro?

Íamos recebendo notícias de que as pessoas quebraram o apartheid e os checkpoints de Gaza, de como “eles escaparam da prisão em Gaza”. Esta foi a primeira impressão. Eu e a minha família temos vivido a ocupação desde 1948, e sabemos que o 7 de outubro foi uma tentativa de resistir, um ato de resistência. No entanto, o mundo ocidental vê como um ataque a Israel... Como é que pode ser um ataque se é uma resposta à origem do problema, que é a ocupação, o colonialismo e a política de colonatos, o genocídio, a política de apartheid, bloqueio e cerco a Gaza.

Israel diz que estão a bombardear Gaza para destruir o Hamas...

O que está a acontecer agora não tem nada que ver com o 7 de outubro, o que está a acontecer agora é maior em dimensão. Não é um olho por olho, é mais do que isso, apoiado pelos EUA, pela União Europeia, financiado pelo Reino Unido.

Qual seria então o projeto de Israel?

Eles [Israel] estão a tentar expulsar as pessoas para o Sinai, no Egito. Desta forma, eles eliminam pessoas em Gaza, dizendo que eliminaram o Hamas, mas eles estão a matar muitíssima gente para empurrá-las para o Sul, e ainda assim matam pessoas no Sul. Eles querem que estas fujam, para que vejam como única solução a fuga de Gaza. É a mesma coisa na Cisjordânia,



nós palestinianos na Cisjordânia sabemos disso. Se Gaza está acabada, nós estamos acabados. A Cisjordânia está na fila.

Mas na Cisjordânia não governa o Hamas...

A causa palestiniana e o que tem acontecido na Palestina é mais antigo do que o Hamas, nunca foi sobre o Hamas e Israel, é sobre a Palestina e o colonialismo israelita. Na Cisjordânia não existe Hamas, e ainda assim as pessoas morrem, sofrem e são colocadas perante o fogo de armas semiautomáticas distribuídas para o povo israelita para se “defender” dos palestinianos.

Como estão a ser avaliadas pelos palestinianos as consequências do 7 de Outubro?

Se existissem eleições democráticas neste momento, o

Hamas iria vencer novamente, na Cisjordânia até mais do que em Gaza. Por quê? O Hamas ganhou as eleições em 2006 porque de 1949 até 2006 a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) não fez nada e estão comprometidos com os israelitas. As pessoas palestinianas em 2023 ou 2024 fariam o Hamas ganhar novamente pela mesma razão. Quando falamos sobre o 7 de Outubro, as pessoas nos meios de comunicação ocidentais trabalham como se a vida fosse aceitável até essa data, mas a vida antes de 7 de Outubro não era ok, em toda a Palestina e particularmente em Gaza.

Como acabar com o genocídio em Gaza?

Eu diria que no curto-prazo seria um cessar-fogo imediato sem condições e uma troca de reféns e prisioneiros. O Ha-

mas valoriza mais esses reféns do que Israel. Como? Para Israel um refém equivale a uma vida, para o Hamas cada um deles vale 100 prisioneiros palestinianos. Estavam 5 mil palestinianos nas prisões israelitas [antes do 7 de outubro], e agora estão 12 mil.

Qual a forma mais eficaz de as pessoas na Europa demonstrarem a sua solidariedade com o povo palestiniano?

Nas ruas. As ruas são a única forma de mostrar solidariedade, a única forma que faz com que o governo escute as pessoas.

Lê a entrevista completa aqui:



Fora Israel genocida da pátria Palestina!

Nos ecrãs, todos os dias, a tragédia em Gaza é revelada ao mundo estupefacto. Nos gabinetes de Tel Aviv, Washington e Bruxelas, os governantes mantêm a carnificina, enquanto milhares vão às ruas exigir o cessar-fogo, já.

CRISTINA PORTELLA

Enquanto escrevo este texto, no dia 11 de novembro, 39 recém-nascidos lutam contra a morte nas incubadoras do Hospital al-Shifa, em Gaza. Os edifícios do hospital estão cercados pelas tropas de Israel, e médicos, feridos e deslocados são alvo dos atiradores israelitas. “Estamos a poucos minutos da morte iminente”, diz Muhammad Abu Salmiya, diretor do hospital, à TV Aljazeera. Até o dia anterior, com números ainda não atualizados devido ao colapso das comunica-

ções, o Ministério da Saúde de Gaza contabilizava 11.078 palestinianos mortos por Israel, dos quais 4.506 crianças e 3.027 mulheres. Cerca de 2.700 outras pessoas, incluindo cerca de 1.500 crianças, foram dadas como desaparecidas e podem estar presas ou mortas sob os escombros. Outros 27.490 palestinianos ficaram feridos.

Os ataques israelitas, que já despejaram mais de 30.000 toneladas de explosivos em Gaza, matam em média 320 pessoas todos os dias desde 7 de outubro.



A cumplicidade de Biden e da União Europeia

Toda essa contabilidade macabra não está a ser suficiente para forçar os Estados Unidos, a União Europeia e os seus governos a deixarem de apoiar o genocídio e a limpeza étnica levados a cabo por Israel. Pelo contrário, em nome do direito de Israel a defender-se, ameaçaram ilegalizar

organizações pró-palestinianas, chegaram a proibir manifestações pelo cessar-fogo em países como França, Alemanha e Inglaterra e tentam criminalizar as vozes críticas, etiquetando-as de antisemitas ou mesmo de simpatizantes do terrorismo. No que são acompanhados pela maior

parte da imprensa, subversiva e reacionária. Os países europeus, incluído o governo português liderado por António Costa, perfilam como sabujos atrás dos EUA, que, não satisfeitos em conceder só este ano 4,4 biliões de dólares em ajuda militar a Israel, dispõem-se a entregar-

-lhe mais 14 biliões para serem utilizados no massacre de Gaza e da Cisjordânia e como elementos dissuasores de qualquer resposta mais dura por parte dos países árabes. Ao mesmo tempo, vetaram uma proposta de cessar-fogo humanitário no Conselho de Segurança da ONU.

Como garantir paz no Médio Oriente?

Desde que o Estado de Israel foi criado, sob os auspícios da ONU, em base à ocupação da Palestina, em 1947/1948, não há mais paz naquela região. Violentos pogroms executados por sionistas mataram milhares de palestinianos e expulsaram outros 750 mil de suas terras no episódio conhecido como “nakba” (catástrofe). De lá para cá, a ocupação sionista não parou de crescer até englobar mais de 80% da Palestina.

Os palestinianos resistiram heroicamente, como demonstrado pelas intifadas, inclusive algumas guerras foram trava-

das entre Israel e países árabes, mas foram derrotados, devido ao apoio incondicional do imperialismo ao estado israelita, em especial dos EUA, mas também por responsabilidade das direções palestinianas, como a Autoridade Nacional Palestina (ANP), presidida por Mahmud Abas, que funciona como uma espécie de “gerente da ocupação israelita” na Cisjordânia. A ANP defende, assim como parte da esquerda, a China e a Rússia, a solução dos dois estados, um palestino e outro israelita. Mas esta solução já se demonstrou, além

de injusta, inviável. Injusta porque significaria legalizar a ocupação de Israel, renunciar ao retorno dos 5,9 milhões de refugiados e refugiadas palestinianos/as e aceitar a formação de um Estado fantoche, cujas competências básicas ficariam nas mãos de Israel; e inviável porque nem a maioria dos palestinianos nem a extrema-direita israelita, a mesma que hoje está no poder, concordam com essa solução, como se viu após os Acordos de Oslo, em 1993. A maior expressão disso é que as fronteiras dos acordos não foram respeitadas por Israel,

que ocupou sistematicamente os territórios da Palestina. Não há saída para a justa luta do povo palestiniano senão a destruição do Estado de Israel, um enclave militar do imperialismo contra os povos árabes, e a recuperação da pátria Palestina, com as fronteiras anteriores a 1948, para a construção de uma Palestina laica, democrática e não racista. Por uma Palestina livre do rio (Jordão) ao mar (Mediterrâneo)! Rutura imediata das relações diplomáticas e comerciais de Portugal com Israel!

Ucranianos rejeitam divisões e solidarizam-se com a Palestina

Muitos dos que repudiam hoje o genocídio israelita em Gaza não tiveram a mesma atitude diante da invasão da Ucrânia pela Rússia. Em nome da geopolítica, acabaram por abster-se ou mesmo alinhar-se ao lado de Putin. Em sentido contrário, ucranianos dizem que os oprimidos devem unir-se contra os agressores, sejam eles Putin ou Netanyahu.

DA REDAÇÃO

Em carta aberta, 300 académicos, ativistas políticos e laborais, artistas e membros da sociedade civil ucranianos expressaram a sua solidariedade para com o povo palestino, “que durante 75 anos foi submetido e resistiu à ocupação militar israelita, à separação, à violência colonial dos colonos, à limpeza étnica, à expropriação de terras e ao apartheid”. Na sua carta, apontam as semelhanças entre as agressões imperialistas: russa, na Ucrânia, e israelo-americana, em Gaza e Cisjordânia. “A nossa solidariedade” – escrevem eles – “vem de um lu-

gar de raiva pela injustiça e de um lugar de profunda dor por conhecer os impactos devastadores da ocupação, do bombardeamento de infraestruturas civis (...)”. Como resultado da ocupação russa, milhares de pessoas na Ucrânia vivem sem acesso a água, eletricidade ou aquecimento. Assim como acontece em Gaza, “civis na Ucrânia são bombardeados diariamente nas suas casas, nos hospitais, nas paragens de autocarro, nas filas para comprar pão”. Não existiu corredor humanitário em Mariupol durante o cerco e o pesado bombardeamento russo sobre a cidade. “O ataque a infraestruturas civis em Gaza, o bloqueio



humanitário e a ocupação de terras praticados pelos israelitas repercutem-nos de forma especialmente dolorosa. (...) A partir deste lugar de dor, experiência e solidariedade, apelamos aos nossos conci-

dadãos ucranianos em todo o mundo e a todo o povo para que levantem as suas vozes em apoio ao povo palestino e condenem a limpeza étnica em massa em curso levada a cabo por Israel.”

Contra Zelensky

Os subscritores da carta demarcam-se do vergonhoso posicionamento do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que apoia Israel e chega a comparar a ação das forças armadas da resistência palestina com a agressão da Rússia contra a Ucrânia e

a identificar a defesa de Israel com a defesa da soberania da Ucrânia. “Nós, como ucranianos, devemos ser solidários não com os opressores, mas com aqueles que vivem e resistem à opressão”, defendem na carta. “Condenamos veemente-

mente a equiparação da ajuda militar ocidental à Ucrânia e a Israel por parte de alguns políticos. A Ucrânia não ocupa territórios de outras pessoas; em vez disso, luta contra a ocupação russa e, portanto, a assistência internacional serve uma causa

justa e à proteção do direito internacional. Israel ocupou e anexou territórios palestinos e sírios, e a ajuda ocidental ao país confirma uma ordem injusta e demonstra duplicidade de critérios em relação ao direito internacional.”

O papel do imperialismo

Essa duplicidade demonstra, mais uma vez, que os EUA e os imperialistas se movem, não em nome da democracia e em respeito à soberania nacional, mas sim em nome dos seus interesses económicos, políticos e militares. É evidente que o governo Biden tem interesse em conter o ímpeto expansionista

do imperialismo russo, que busca salvaguardar as suas áreas de influência no leste da Europa. Por isso, para os negócios nos EUA, é bom que a Rússia seja derrotada na Ucrânia. Na Palestina é o contrário. Os interesses económicos do capitalismo dos EUA são garantidos através do Estado de Israel. Por isso,

priorizam a ajudar militar a Israel, em detrimento da Ucrânia, 20 meses após o início da invasão russa. A carta aberta ucraniana termina com um apelo ao seu governo para que condene o uso do terror por parte de Israel em Gaza e na Cisjordânia e reafirme o direito do povo palestino à autode-

terminação. Apela, ainda, a que os meios de comunicação internacionais parem de colocar palestinos e ucranianos uns contra os outros: “Testemunhámos o mundo a unir-se em solidariedade pelo povo da Ucrânia e apelamos a todos para que façam o mesmo pelo povo da Palestina”.

25 de Novembro de 1975 Nada a comemorar

Carlos Moedas, Presidente da Câmara de Lisboa, anunciou que a autarquia irá comemorar o 25 de Novembro de 1975, em nome da defesa da democracia. Mas afinal qual o significado desta data?

MARIA SILVA

A revolução anticolonial e o impasse da guerra em África levaram um setor do exército a depor o Estado Novo. O golpe militar abriu as portas à revolução, em que os trabalhadores e a juventude tomaram as rédeas do seu destino. Foram eles que derrotaram as tentativas de contrarrevolução, que queriam condicionar e controlar o novo regime que ia surgir (como aconteceu em Espanha, por exemplo), como

demonstraram as tentativas de golpe do General Spínola no 28 de setembro de 1974 e no 11 de março de 1975. A democracia portuguesa não foi oferecida, mas conquistada pela força da luta das massas nas ruas e nos locais de trabalho, impondo a Assembleia Constituinte, o desmantelamento da PIDE, os saneamentos nas empresas, etc.. Por isso, ela não foi o resultado de uma transição pactuada entre a ditadura e o novo regime, mas de uma revolução.



A revolução colocou na ordem do dia o socialismo

Mas a luta pelas necessidades mais básicas da população (Paz, Pão, Habitação, Saúde, Educação) exigiu ir além da democracia e lutar contra o capitalismo. Na linha da frente estiveram os operários, os

assalariados agrícolas e a juventude, que formaram os seus próprios organismos: as comissões de trabalhadores, de moradores e de soldados que votavam e decidiam os rumos a seguir. Existia, assim, um du-

plo poder no país: o poder dos Governos Provisórios, dirigidos pela burguesia (integrando PS, PSD e PCP), e o poder das Comissões de Trabalhadores, Soldados e Moradores, que representavam um embrião

de um Estado dos trabalhadores. A revolução teve como horizonte o socialismo e uma sociedade sem exploração e opressão, e engendrou os organismos que podiam servir de base a esse novo poder.

Uma primeira derrota da revolução

Tanto PS como PCP estavam contra este poder que nascia nas ruas. O PS defendia uma democracia burguesa, à semelhança da Europa Ocidental. O PCP estava condicionado pela política da URSS de aceitação divisão do mundo em dois e Portugal estava no Bloco Ocidental; por isso, não pretendia instaurar o socialismo em Portugal, mas sim disputar espaço no aparelho

de Estado que lhe permitisse controlar o movimento operário e conseguir que o país não estivesse diretamente alinhado com o Bloco Capitalista dos EUA e Europa. Com projetos diferentes, PS, PCP e MFA tinham um grande acordo: aceitar a manutenção do capitalismo em Portugal e derrotar a auto-organização dos trabalhadores que questionava o seu poder.

Por isso, o objetivo do golpe do 25 de novembro foi derrotar a revolução e os seus organismos próprios. A burguesia aproveitou uma provocação do setor militar “esquerdista” para acabar com o duplo poder dentro das Forças Armadas, que era um dos elementos mais radicais da revolução portuguesa, pois retirava à burguesia o controlo da força para impor a sua ordem social e po-

lítica. O PCP chama os seus militantes a não resistir ao golpe (ao contrário do que acontecera no 11 de março). Por trás há um grande pacto entre o PS e PCP: a aceitação do projeto de democracia burguesa em Portugal, na qual o PCP terá o papel determinante de controlar o movimento operário, até hoje tão visível nas características do movimento sindical português.

Comemorar o 25 de Novembro de 1975 é negar a revolução

O 25 de novembro não acabou com a revolução, mas foi a sua primeira grande derrota, abrindo espaço para uma nova relação de forças. Em nome do “socialismo democrático” (como lhe chamava

o PS) na Constituição de 1976 instaurou-se, de facto, uma democracia burguesa. Faltou uma direção revolucionária que defendesse a centralização das comissões de trabalhadores, moradores e soldados, para

tomar o poder e construir um estado dos trabalhadores. 50 anos depois está claro o beco sem saída para o qual o poder da burguesia nos trouxe e do qual só podemos sair de novo pelas mãos das lutas

revolucionárias dos trabalhadores e da juventude. Por isso, não há nada a comemorar no 25 de novembro e apenas a luta por uma nova revolução pode dar sentido às comemorações do 25 de Abril!

NACIONAL

LÍTIO = LUCRO

A Transição Energética que não queremos

Recentemente instalou-se uma crise política no país que levou à demissão de António Costa. Apesar de ter sido abanado por outras crises, o Governo cai numa crise em torno de outro tema. Falemos sobre a chamada “Transição Energética”...

Os Galambalachos no Lítio

JOÃO REIS

A atual crise política dá-nos uma outra perspetiva sobre a Transição Energética. O processo suspeito de atribuição das concessões de exploração do lítio, com empresas criadas dias antes do concurso e com sede na Junta de Freguesia, as dúvidas levantadas sobre os estudos de impacto ambiental da APA (Agência Portugue-

sa do Ambiente) e os vários milhões envolvidos, revelam mais um campo de disputa pelo lucro, ao invés de uma procura pela resolução da crise ambiental que vivemos.

A transição energética do Governo, longe de ter uma justa preocupação com a sustentabilidade do Planeta, é mais uma ferramenta ao serviço do lucro.



Justificativa para o lucro

As mobilizações pelo clima que atravessaram o mundo forçaram medidas por parte de governos e instituições internacionais, como é exemplo a meta europeia de fim da

produção e venda de carros novos a combustão a partir de 2035.

Mas aqui começam as contradições. Se, por um lado, se procura aparentemente

uma alternativa aos veículos a combustão, por outro, a origem da eletricidade do carro elétrico continua a ser fóssil. A própria extração dos materiais usados nas baterias do

carro elétrico tem também um rastro de seca e destruição paisagística, bem como de trabalho semiescravo e destruição das culturas locais.

Se não é pelo clima, então o que move governos e multinacionais no projeto do carro elétrico?

O setor automóvel, como setor de ponta da economia mundial, não conseguiu ainda estabilizar no pós-crise económica de 2008. Assistimos ao abalo de grandes grupos, como a Fiat, e ao seu reagrupamento para conseguirem sobreviver. Vemos ainda a disputa EUA

vs. China, como reflexo da crise da ordem mundial, com um grande crescimento da economia asiática nos novos setores desta transição.

Também em cada multinacional se assiste a um aumento da exploração sobre os trabalhadores. Estes ataques chegam

pela mão dos investimentos associados à conversão da produção para o carro elétrico, ou mesmo pela pressão de que as fábricas que ainda não entraram diretamente nesta transição, se convertam nas fontes dos investimentos associados à mesma.

Esta é o verdadeiro significado da “transição energética” para os trabalhadores, um novo mercado que não olha a preocupações ambientais para a obtenção do lucro e a imposição da perda de direitos laborais. Uma ferramenta ao serviço da recuperação capitalista.

Lutar pela Transição Justa!

Se é esta a “transição energética” dos governos e grandes empresas, aos trabalhadores e às populações afetadas coloca-se a tarefa de resistir contra estes planos.

Mas não podemos ficar por aqui. A luta por um mundo sustentável é totalmente ne-

cessária. As organizações de trabalhadores têm de procurar uma saída para este problema. Temos de discutir as fontes energéticas e as alternativa ao fóssil, mas também porque a mobilidade continua a depender do carro individual ao invés do transporte coletivo.

Não nos devemos preocupar só com o impacto no ambiente da produção industrial, mas também com os ritmos de trabalho desenfreados, a desregulação dos horários de trabalho, o abuso das laborações contínuas e do trabalho noturno e das longas jornadas de traba-

lho que aí se vivem.

Em suma, a batalha por um planeta B não se esgota em discussões técnicas, mas no questionamento do que se produz, quanto se produz e em que condições. A Transição Energética Justa tem de questionar o capitalismo!